

PROTÓCOLO Nº 177
Data 08/11/11 15:45 Hrs
Adna Paula
Serviço de Expediente



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Encaminha-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 08/11/11
Presidente

Projeto de Lei nº
de 2011.

Anápolis, GO, 07 de novembro

***Dispõe sobre a proteção da pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos,
garantindo o Direito de Agilidade nos processos administrativos em todas as
repartições públicas
do Município.***

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e, eu, PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS sanciona a seguinte Lei

Art. 1º - Os procedimentos administrativos em que figure como interessada pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer setor da administração pública municipal, direta e indireta.

Parágrafo único - Procedimentos administrativos são considerados todos os requerimentos, pedidos de alvará, processos de isenção fiscal, informações ou solicitações diversas.

Art. 2º - O interessado na obtenção desse benefício mencionará a presente Lei no requerimento ou solicitação e juntará prova de sua idade, obriga ao funcionário encarregado da instrução do mesmo a dar prioridades na sua solução.

Parágrafo único - No prazo máximo de trinta dias, a contar da data do protocolo, deverá ser dada uma solução para a solicitação formulada e sua conclusão deverá ser encaminhada ao interessado, por escrito e por correspondência, contendo todas as informações necessárias, bem como os documentos solicitados.

Art. 3º - A pessoa comprovadamente com mais de sessenta anos de idade não está obrigada a permanecer na fila, devendo o seu atendimento ser imediato ressalvado apenas a ordem de chegada em igual condição com outra pessoa idosa.

Art. 4º - A administração não poderá alegar acúmulo de serviço, falta de funcionário ou utilizar expediente outro com a intenção de não atender com presteza e de forma ágil a pessoa beneficiada por esta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Art. 5º - Será considerada falta grave do funcionário o descumprimento da presente Lei, sujeitando-o às penalidades previstas em legislação pertinente.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2011.



JOÃO FEITOSA
VEREADOR
PP



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

JUSTIFICATIVA

A Pessoa idosa necessita que sua pretensão em qualquer órgão publico seja prestado com rapidez, haja vista, que ao longo de sua vida contribuiu com o desenvolvimento social, político de nossa cidade.

Agora quando desfruta de sapiência pessoal, mas com o desgaste corporal necessário se faça políticas de atendimento publico para dar condições melhores as pessoas que se encontram nessa faixa etária.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2011.



JOÃO FELTOSA
VEREADOR
PP